



DIFICULDADES VIVENCIADAS PELO TRABALHADOR DEFICIENTE FÍSICO

Débora Ribas Leal¹ Gisele Domingues De Mattos² Rosane Teresinha Fontana³

INTRODUÇÃO: O trabalho, como meio de inserção do sujeito na sociedade e de afirmação das relações interpessoais, exige ambientes e meios apropriados que possibilite a convivência com as adversidades, deficiências e diferenças, características do mundo contemporâneo e globalizado. Toda a empresa tem a responsabilidade social de adotar medidas para o trabalho saudável e seguro, de análise de risco relativo a adaptações, ajustamentos ou de intervenção e encaminhamento dos trabalhadores a serviços de tratamento e reabilitação, no caso de deficiência adquirida durante a vida ativa, assim como deve definir estratégias de ação para a inclusão de pessoas com deficiência¹. Algumas normas regulamentadoras^{1,2} são instrumentos que auxiliam na promoção de saúde e são instrumentos facilitadores à inclusão destes trabalhadores, tais como a NR 7, que prevê o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), a NR 9, que regulamenta o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), a NR 17 que dispõe sobre a Ergonomia, dentre outras, que, articuladas, integram o campo da preservação da saúde e integridade dos trabalhadores em geral e, em especial, daqueles com deficiência. Já se pode constatar um significativo número de deficientes físicos inseridos no mercado de trabalho, o que se atribui às reformas nas leis trabalhistas decorrentes das mudanças nos preceitos culturais e críticos da sociedade em relação a inclusão social de determinados grupos minoritários, além das garantias dos direitos das pessoas com deficiência determinadas pelo Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.³No ambiente externo, há dificuldades na acessibilidade física, como a falta de rampas em determinadas ruas, prédios, organizações públicas e privadas; número pequeno ou inexistente de transportes coletivos adaptados em determinadas regiões e relações nem sempre cordiais transparecendo preconceitos e desobrigação à solidariedade, impaciências, entre outras, ainda são frequentemente observadas. Sendo assim, considerando limitações externas e internas ao trabalho, pretende-se com este estudo refletir sobre as dificuldades encontradas no cotidiano laboral da pessoa deficiente física. **OBJETIVO GERAL:** Investigar dificuldades e agravos vivenciados por trabalhadores deficientes físicos no seu ambiente de trabalho, o que se reveste de relevância na medida em que propõe uma reflexão acerca da inclusão no trabalho, de forma humanizada e

¹Acadêmica do 7º semestre do Curso de Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-campus Santo Ângelo- CEP 98.800.000-Santo Ângelo/RS. E-mail: deborariibasleal@hotmail.com

²Acadêmica do 7º semestre do Curso de Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-campus Santo Ângelo- CEP 98.800.000-Santo Ângelo/RS

³Mestre em Enfermagem. Professora do Curso de Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-campus Santo Ângelo- CEP 98.800.000-Santo Ângelo/RS





30+SITEn

seminário internacional
sobre o trabalho na enfermagem

Realização:



Biossegurança no Trabalho
da Enfermagem:
Perspectivas e Avanços

11 a 13 de AGOSTO de 2011
Bento Gonçalves - RS

Trabalho 84

saudável, a partir da singularidade e subjetividades destes sujeitos. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de caso, descritivo, e de abordagem qualitativa. A pesquisa foi realizada junto a 8 trabalhadores com deficiência física, de instituições situadas em municípios da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Os sujeitos foram selecionados aleatoriamente, por acessibilidade. Os critérios para a escolha dos participantes foram: ser deficiente físico, estar inserido no mercado de trabalho e aceitar participar. A coleta de dados foi realizada no primeiro semestre de 2011, mediante entrevistas semi-estruturadas, após parecer favorável do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, campus Santo Ângelo/RS, sob protocolo 0065-4/PPH/10. Aos participantes da pesquisa foi apresentado um Termo de Consentimento Informado Livre e Esclarecido. O registro das informações se efetivou mediante a utilização de um gravador. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A metodologia utilizada para o tratamento dos dados foi a análise temática. Dos trabalhadores pesquisados, 87,5% exercem atividade laboral assalariada e 12,5% voluntariado. Destes, 62,5% trabalham no serviço público e 37,5% no serviço privado. A média de idade é 48 anos e a média do tempo de trabalho é de 17,5 anos. Os sujeitos são, em sua maioria, do sexo masculino (87,5%). A maioria dos sujeitos (62,5%) referiu dificuldades na inclusão no mercado de trabalho, o que foi atribuído, por grande parte destes (75%), ao preconceito. Embora a maioria tenha sofrido com o preconceito e a exclusão, 75% referiram sentirem-se, atualmente, incluídos no mercado de trabalho, o que denota superação de dificuldades na luta por espaços comuns a todos os cidadãos. A acessibilidade também foi referida por muitos como uma dificuldade, embora a maioria dos entrevistados possua carros ou dispositivos de locomoção, tais como: cadeiras elétricas e carros adaptados. São pessoas que não usam/dependem de transporte público e possuem condições econômicas favoráveis, fatores que, de alguma forma auxiliam à acessibilidade. Outro aspecto enfatizado por grande parte dos sujeitos foi que, num primeiro momento, só conseguiram entrar para o mercado de trabalho por influência política ou por intermediação de amigos e familiares. Observou-se que o conhecimento insuficiente dos seus direitos de cidadão, o autopreconceito e o ônus visto pelo empregador na adequação do ambiente para adaptação do trabalhador com deficiência, podem ser fatores impeditivos da inserção desses sujeitos no mercado de trabalho. Submetidos a tais condições que impõem facilidades para uns e dificuldades para outros, cabe a esse sujeito elaborar estratégias de resistência para fortalecer sua personalidade, na busca pela inclusão social⁴. Entre outras regulamentações e leis, o Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999³, dispõe de várias modalidades de inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho e há meios para a contratação de pessoa que, de acordo com o tipo de e grau de deficiência pode exigir condições especiais para tal, como jornada variável, horário flexível, proporcionalidade de salário e ambiente de trabalho adequado às suas especificidades. Dentre os

Apoio:

Hotel Oficial:

Agências Oficiais:

Organização:





Trabalho 84

depoentes, 80% referem ter algum conhecimento sobre a lei. A maioria refere não estar exposto a nenhum tipo risco para adoecer ou sofrer acidente. Aqueles que referem estar expostos a riscos biológicos, caracterizados pela exposição a microrganismos, relaciona-os às atividades junto à usuários na atenção à saúde. Alguns sujeitos referiram exposição ao risco psicossocial, caracterizada pelo estresse, decorrente de pressão no trabalho. É oportuno alguns questionamentos que podem ser parafraseados de outros autores⁵, que envolvem reflexões acerca da responsabilidade da enfermagem diante dos processos de exclusão e desigualdade social e das contribuições desta ciência para o fortalecimento da cidadania e a promoção da saúde dos sujeitos expostos a vulnerabilidades sociais. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** É possível concluir que, o preconceito ainda hoje é uma das grandes dificuldades que o portador de deficiência física encontra na busca pelo emprego assim como a acessibilidade, decorrente de pressupostos históricos e pré conceituais, sobre o qual o deficiente físico era tarjado como um ser incapacitante devido a sua limitação física corporificada na aparência. À enfermagem, como prática social, deve ser solicitada uma profunda reflexão afim que seja esta uma colaboradora para a inclusão saudável de pessoas com deficiência.

Descritores: Saúde do Trabalhador. Riscos Ocupacionais. Deficiência Física.

Apresentação Oral em Mostra Científica

Área Temática: Proteção do meio ambiente, dos trabalhadores e das pessoas, grupos e coletividades assistidas pela Enfermagem

REFERÊNCIAS

1. Ministério do Trabalho e Emprego. A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho; 2. ed; Brasília; 2007.
2. Ministério do Trabalho e Emprego. Normas regulamentadoras. [acesso em 2011 20 mai]. Disponível em: http://www.mte.gov.br/legislacao/normas_regulamentadoras/default.asp
3. Presidência da Republica (BR). Casa civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. [citado em 2010 jun 18]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/d3298.htm>.
4. França ISX, Pagliuca LMF. Inclusão social da pessoa com deficiência: conquistas, desafios e implicações para a enfermagem. Rev. Esc. Enferm. USP 2009; 43(1):178-85.
5. Erdmann AL, Backes MTS, Backes DS, Koerich MS, Baggio MA, Carvalho JN, Meirelles BHS. Gerenciando uma experiência investigativa na promoção do "viver saudável" em um projeto de inclusão social. Texto contexto enferm. 2009;18(2): 369-77.





30+SITE

seminário internacional
sobre o trabalho na enfermagem

Realização:



Biossegurança no Trabalho da Enfermagem: Perspectivas e Avanços

11a13.AGOSTO.2011
Bento Gonçalves.RS

Trabalho 84

430

Apoio:

Hotel Oficial:

Agências Oficiais:

Organização:



Ministério da
Saúde

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

DALL'ONDER
HOTÉIS
Sem Igual Na Serra Gaúcha

Giordani
TURISMO

Valentin
turismo & eventos

win/
CENTRAL DE EVENTOS